

Reunião ORDINÁRIA de 06 | 12 | 2010



Minuta da Acta nº 27/2010

	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO	P		
Vereadores MARIA TERESA PERES D. RODRIGUES GAGO	P		
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS GARREIRAS	P		
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA GABRAL	P		
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES	P		
MIGUEL PINTO LUZ	P		
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO	P		
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA	P		
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA	P		
MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO	P		
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO	P		

Observações: O Sr. Presidente da Câmara ausentou-se da reunião às 11:14, não tendo participado na discussão e votação dos pontos 8.2 e 8.3, tendo regressado à sala às 11:23.

Hora de Abertura: 9 horas e 46 minutos

1. Actas de reuniões Anteriores:

- Apresentação: Acta nº 24/2010, de 18 Novembro;
- Aprovação: Acta nº 25/2010, de 8 de Novembro que foi aprovada com 1 abstenção da Sr. Vereadora Teresa Gago.

2. Balancete

Resumo Diário da Tesouraria nº 231 de 03 | 12 | 2010

Operações Orçamentais	€ 4.340.997,69
Operações Não Orçamentais	€ 2.893.816,10

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9:46

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES tomou a palavra dizendo que tinha um conjunto de assuntos a colocar à Câmara e que passava a desenvolver:

1- FALECIMENTO DE ERNÂNI RODRIGUES LOPES. Após prolongada doença, faleceu no passado dia 2 de Dezembro um português ilustre, de quem foi aluno há 40 anos atrás -Ernâni Rodrigues Lopes- que foi um patriota na verdadeira acepção do termo. Ele incarnava o sentido mais profundo do Serviço Público assumindo, de forma natural e genuína, que a defesa dos interesses do País se deviam sobrepor, em todas as circunstâncias, a quaisquer interesses de natureza empresarial ou pessoal. Sempre procurou servir o País o melhor que soube e pode, sem nunca esperar nada em troca. A forma como procurava ajudar a pensar Portugal, podendo parecer algo pessimista, revelou-se não só tantas vezes acertada, como traduzia uma profunda preocupação baseada nos mais elevados critérios de exigência pelo nosso futuro colectivo. Mas Ernâni Rodrigues Lopes não se limitou a evidenciar as fragilidades do nosso País, tendo procurado apontar caminhos de futuro. Introduziu uma reflexão estratégica sobre Portugal, com conceitos muito à frente do seu tempo como o binómio integração europeia-desenvolvimento, a importância das elites dirigentes, o potencial do triângulo estratégico Portugal-África-Brasil e, mais recentemente, as oportunidades do hiper-cluster do Mar. Ernâni Rodrigues Lopes estruturou a sua vida sobre uma rocha, como foi dito na homilia no dia do seu funeral. Ernâni Rodrigues Lopes foi para todos um exemplo de portugueses pelos valores, pelos princípios e pela ética irrepreensíveis que sempre nortearam a sua conduta. Em nome do PS de Cascais, propõe que a Câmara Municipal envie à sua viúva, Dr.^a Isabel Rodrigues Lopes, e à restante família, os sentidos votos de condolências desta Câmara Municipal. Propunha ainda, em nome do PS de Cascais, que seja atribuída a uma escola do Concelho o nome do Professor Ernâni Rodrigues Lopes como homenagem a um professor distinto e/ou a atribuição de uma Medalha de Mérito a título póstumo.

2- ABATIMENTO DO PISO NA AV^a DE NICE NO ESTORIL. Reparou que nesta avenida, junto à Pastelaria Garrett, sistematicamente estão a ocorrer abatimentos no piso da estrada. Entretanto eles são reparados, mas mais tarde voltam a ocorrer, há fissuras no pavimento e gostaria de saber se já foi identificada a causa destas ocorrências ou se é de causa desconhecida porque parece que esta situação se está a repetir com alguma frequência o que não é normal.

3- PAGAMENTO DA RENDA DAS INSTALAÇÕES ONDE FUNCIONA O POSTO DA PSP EM S. DOMINGOS DE RANA. Parece haver problemas com o pagamento da renda destas instalações e que até agora tem sido assegurado pela Câmara. Tanto quanto sabe, a Câmara

havia assumido o compromisso de assegurar o pagamento dessa renda e isso tem-se verificado ao longo dos anos. Só que agora a Câmara deixou de transferir essa verba para a Junta de Freguesia que posteriormente fazia esse pagamento e gostaria de ser esclarecido sobre este assunto.

4- JULGADO DE PAZ DE CASCAIS. Em nome do Partido Socialista congratula-se pelo facto de ter passado a funcionar em Cascais este serviço público. Como sistematicamente é feita a referência que o Governo trata mal Cascais, neste caso até na Portaria 1195/2010, de 23 de Novembro se diz *"cabe agora, reunidas as necessárias condições humanas e materiais, proceder à instalação do Julgado de Paz do Concelho de Cascais, só possível com a boa cooperação com o Município, aspecto central na matriz da criação e funcionamento do Julgado de Paz"*. Isto é uma referência positiva que lhe apraz registar.

5- SONDAEM FEITA EM NOME DA CMC PELA EMPRESA PITAGÓRICA. Foi informado que estava a ser feita uma sondagem em nome da Câmara Municipal de Cascais. Não sabe se isto é verdade, as pessoas que estão a fazer a sondagem apresentam-se como estando a trabalhar para a Câmara, a sondagem está a ser feita por uma empresa chamada Pitagórica e parece que o seu nome e o de outros eleitos constam de uma lista de perguntas. Uma vez que as pessoas se apresentam como sendo da Câmara, perguntava se se confirma isto, ou se é um abuso por parte desta empresa.

1.6- REQUERIMENTO AO ABRIGO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO. Ouviu com muita atenção uma intervenção do Senhor Presidente da Câmara este fim-de-semana nas rádios, manifestando a sua preocupação com o clientelismo e a corrupção e da necessidade do seu combate e obviamente não pode deixar de se associar a essas preocupações e nesse sentido e em nome do Partido Socialista, apresentava o requerimento que passava a ler: "REQUERIMENTO: Considerando que: 1. O Executivo da Câmara (PSD/CDS/CDU) tem vindo a assinalar, publicamente, o propósito de que este se constitua como *"um exemplo de racionalidade e boa gestão dos dinheiros públicos"* assumindo, simultaneamente, ser *"fundamental e estratégico, que a autarquia reduza custos e se prepare para tempos de grande contenção"* (cf. PCSD). 2. A multiplicação de empresas e Agências Municipais, a que a maioria que governa a Câmara dedicou especial empenho, constitui um conhecido terreno para a eventual emergência de situações menos conformes com a retórica enunciada. 3. Os princípios da transparência e do rigor valem, não apenas como fundamentos éticos do exercício da cidadania mas, também, como garantes de uma adequada gestão do património comum e do combate ao clientelismo. 4. Existem reconhecidas interrogações, na sociedade cascalense, acerca de eventuais situações, na esfera do Município, menos consentâneas com a desejável transparência na gestão dos bens públicos. 5. O Partido Socialista não dispõe de informação, completa e actualizada, para se pronunciar com efectivo conhecimento de causa. Ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, Lei n.º 24/98 de 26

de Maio, os Vereadores do Partido Socialista requerem que seja prestada, por escrito, a seguinte informação: 1-Identificação actualizada, a 30 de Novembro, de todas as situações em que eleitos para os órgãos autárquicos locais (Vereação, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia/Juntas) desempenhem qualquer tipo de função na Câmara, em Empresas, Agências ou Fundações Municipais, para além das decorrentes do mandato para que foram eleitos. 2. Esta informação deverá contemplar todas as contratações, com identificação dos respectivos sujeitos, regime de contratação, data de admissão/início, local de trabalho/prestação de serviços, natureza das funções/objecto do contrato e respectivas remunerações/honorários/comissões principais e acessórias. 3. A informação seja discriminada por estrutura orgânica, quer relativamente aos Gabinetes (Presidência, Vice-Presidência, Vereação, Provedoria Municipal), empresas municipais, empresas participadas e todas as outras estruturas dependentes da Câmara Municipal, nomeadamente Fundações, Agências e Comissões e Grupos de Trabalho. 4. A Informação deverá esclarecer, de forma precisa, acerca da existência, ou não, de eventuais outras compensações, tais como veículo, cartão de crédito, senhas de presença, subsídios, etc., para cada uma das situações identificadas. O Vereador do PS, Alípio Magalhães.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA em resposta às questões colocadas pelo Sr. Vereador esclareceu que, em relação às instalações da PSP em S. Domingos de Rana, ignorava o que é que se está a passar, agora o que pode referir é que numa reunião de vários presidentes de câmara da Área Metropolitana de Lisboa com o Sr. Ministro da Administração Interna, tomaram conhecimento que as instalações que o Sr. Ministro ia inaugurar em Lisboa iam ser objecto de pagamento de renda à Câmara Municipal de Lisboa, o que não deixou de surpreender os presidentes de câmara presentes, interrogando-se porque razão é que em Lisboa o Ministério paga as rendas e nos restantes municípios isso não sucede. Neste caso em concreto não sabe qual é o problema, mas em tudo o que estiver ao seu alcance, qualquer centímo que não esteja acordado ser a Câmara a pagar, esta não pagará. E isto quer seja em relação a este Governo, quer aos governos futuros. Os dinheiros públicos têm de merecer da parte desta Câmara um cuidado redobrado e não há objectivamente razão nenhuma para esta Câmara pagar qualquer renda de imóveis que sejam ocupados por serviços do Estado; Quanto ao Julgado de Paz, gostaria de esclarecer o Sr. Vereador que o Governo, através do Ministério da Justiça, decidiu lançar esta operação dos Julgados de Paz que é muito interessante, financiando directamente a construção e a instalação de Julgados de Paz em vários municípios do País e onde nunca contemplou Cascais. E quando perguntou se Cascais estava interessado, prometeu que faria a instalação, desde que a Câmara arcasse com as respectivas despesas, excepto o ordenado da Senhora Juíza, e que posteriormente a Câmara seria ressarcida e entraria dentro desse plano de instalação dos Julgados de Paz. A verdade é que, até agora, esse pagamento não sucedeu e pensa que isso não sucederá tão

cedo. Aliás perguntou ao Sr. Ministro se tencionavam inscrever aquela verba no Orçamento de Estado para 2011 e ele informo-o que não e que, certamente, não o seria nos próximos tempos; Em relação à sondagem, desconhece do que é que se trata, a Câmara, com o seu consentimento, não encomendou nenhuma sondagem; Quanto ao clientelismo e corrupção não consegue perceber o que é que uma intervenção sua a propósito de uma homenagem a Sá Carneiro e a Amaro da Costa possa desencadear que o Sr. Vereador apresente um requerimento, independentemente dele ter toda a legitimidade e não contesta isso e será respondido. Mas não percebe é porque é que a sua intervenção, que foi feita em termos gerais e que interpreta o sentimento geral do País perante aquilo que se está a passar em todo o território nacional e não na Câmara de Cascais, pode suscitar esta questão ao Sr. Vereador. De resto não estava ali na qualidade de Presidente da Câmara de Cascais; Associava-se às considerações muito pertinentes e merecidas do Sr. Vereador ao Sr. Prof. Dr. Emâni Lopes e corrobora tudo aquilo que disse. Teve oportunidade de o conhecer, exactamente na antevéspera do 25 de Abril, num jantar em casa dele em Bona, onde se encontrava como Embaixador de Portugal e pessoalmente estava de passagem em Bona em casa de um seu familiar que era 1º Conselheiro da Embaixada. A partir daí ficou amigo dele e veio mais tarde a ser seu colega no governo do Bloco Central em que ele era Ministro das Finanças e pessoalmente era Ministro da Qualidade de Vida e aí pode testemunhar, de facto, as suas grandes qualidades para enfrentar um desafio gravíssimo que o País tinha pela frente e que exigiu a presença do FMI em Portugal e ele merecia, não apenas da parte da generalidade dos seus colegas ministros a sua inteira confiança, como do Sr. 1º Ministro que era o Dr. Mário Soares que, de facto, repousava inteiramente nas decisões do Prof. Dr. Emâni Lopes. Em relação às propostas de atribuição de seu nome a uma escola e da atribuição de uma Medalha de Mérito, analisará o assunto posteriormente e chegar-se-á depois a um consenso sobre essa matéria.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que, em relação aos abatimentos da via no Estoril, têm origem num conjunto de situações. Por um lado o sistema de drenagem que foi interrompido aquando da construção do sistema de saneamento da SANEST que passa a Norte desta zona, acumulado agora com o funcionamento das Termas e com toda a evolução que se registou na captação de águas termais, o que acabou por levar para ali um conjunto de águas e está agora a procurar resolver-se o problema e enquanto não estiver resolvido é provável que voltem a acontecer novos abatimentos mas, para todos os efeitos, têm vindo a ser corrigidas em tempo útil todas as situações que têm ocorrido; Quanto ao Posto da PSP em S. Domingos de Rana o que se passa é que a Câmara pagava esta renda, remetendo o dinhelro para a Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, conforme na altura foi acordado. Entretanto o Governo decidiu levar a PSP para a Abóboda e não cabe à Câmara cumprir essas orientações do Governo e nesse sentido não vê porque é que a Câmara tem

de estar a acumular as duas situações, quando ainda para mais aquele mesmo acordo pressupunha que o Governo fizesse um posto para a PSP em S. Domingos de Rana, coisa que nunca fez; Acerca do requerimento apresentado pelo Sr. Vereador Alípio Magalhães e sem colocar em causa nem desrespeitando as orientações que o Senhor Presidente acabou de dar, da sua parte não vai "mexer uma palha" para respeitar este requerimento que o Sr. Vereador Alípio Magalhães fez, invocando o Estatuto do Direito de Oposição, que não faz a mínima ideia do que é e portanto gostava que o fundamentasse porque, à partida, o Sr. Vereador está a fazer logo uma avaliação, está a fazer logo um julgamento e está a fazer uma condenação, porque uma coisa é pedir informação e outra coisa é admitir que essa informação está directamente ligada com clientelismo e corrupção e como não reconhece ao Sr. Vereador nenhuma autoridade moral para lhe poder fazer esse tipo de avaliação, da sua parte não lhe vai dar informação nenhuma, ou pelo menos que tenha que pessoalmente trabalhar alguma coisa nesse sentido porque a tudo isso ainda acresce que se o Sr. Vereador tivesse autoridade moral, enquanto Partido Socialista, para dizer o que está a dizer, ainda podia-se, quanto muito, admitir que pudesse fazer alguma situação dessa natureza. Mas para quem leu, como pessoalmente já leu, o relatório do Tagus Park e para quem tem conhecimento de milhentas outras coisas, entende que o PS não tem nenhuma autoridade moral para isso e por isso até pensa que fica ao Sr. Vereador muitíssimo mal fazer um requerimento desta natureza, tentando com isso sujar toda a gente mas, afinal, só o suja a si quando tem esse pensamento "menos limpo" da avaliação que faz, à priori, de situações e que ainda está agora a pedir informação para eventualmente poder chegar a conclusões que não as tem. Por isso, da sua parte, não vai "mexer uma palha" em relação a isso, até porque precisamente nesta reunião são apresentados os relatórios trimestrais de todas as empresas municipais e regularmente tem sido apresentada toda a informação que é relevante sobre as empresas, coisa que, de resto, o Partido Socialista nunca fazia quando era maioria nesta Câmara e fugia a todas as prestações de contas que podia e só dava as oficiais e mesmo assim com fortes críticas por parte da oposição porque de facto as informações que eram dadas não eram muito lineares; Quanto ao falecimento do Prof. Dr. Ernâni Lopes, gostaria de salientar que no último ano houve uma relação muito próxima entre a Câmara Municipal de Cascais e a SAER, de que ele era o principal sócio e que está a desenvolver para Cascais o Programa Estratégico de um Centro de Mar e por isso tiveram várias reuniões e pode dizer - para seu privilégio- que se aprendia muito nas conversas tidas com o Prof. Dr. Ernâni Lopes e uma das questões que falou exactamente com um dos sócios da SAER no dia do funeral é de que na apresentação que se vier a fazer sobre a proposta de estratégia para o Centro de Mar de Cascais, que se espera que esteja concluída no próximo Verão e depois se verá que seguimento é que será dado a esse mesmo Centro de Mar, mas pretende-se nessa altura não só evocar a memória do Prof. Dr. Ernâni Lopes, mas eventualmente atribuir ao Prof. Dr.

Ernâni Lopes o nome de um eventual equipamento que venha a surgir por via da questão do Centro de Mar, até porque ele foi das primeiras pessoas em Portugal nos dias de hoje a colocar o mar na agenda política e na agenda estratégica nacional.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES esclareceu que o seu requerimento refere-se, apenas, aos eleitos. Portanto, nesta fase, não estão a pedir mais nenhuma informação que não se reporte apenas aos eleitos -de todos os partidos obviamente e eventualmente independentes- que tenham funções.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que aquilo que queria perguntar é que o Sr. Vereador dissesse quem eram os clientes e quem eram os corruptos. Porque como fez uma associação de uma coisa à outra, então era preferível dizer logo de quem é que se suspeita de facto que seja cliente e quem é corrupto porque a questão dos eleitos percebeu. Não percebeu da intervenção do Sr. Vereador foi quem eram os clientes e quem eram os corruptos.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES disse que, se tivesse conhecimento efectivo de alguma situação, não agiria através de requerimento, fá-lo-ia de outras formas. O que se pretende é procurar obter informação para que não hajam dúvidas em relação, como refere no requerimento, ao clientelismo aqui na esfera da acção do Município.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse que só gostava de saber se o Sr. Vereador também quer incluir porventura, porque não sabe como é que é esta relação de clientelismo e corrupção, eventuais empresas que cada um dos eleitos possa ter a actuar no Concelho e que tenham adjudicações por parte da Câmara, porque é outra forma, porventura, de poder ter isso considerado.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA interveio recomendando a todos que façam os requerimentos que muito bem entenderem e esta Câmara dar-lhes-á a maior atenção. Mas pedia encarecidamente, a título pessoal, ao Partido Socialista e ao Dr. Alípio Magalhães que prescindam de qualquer consideração preambular nos considerandos que seja obviamente ofensiva e que esteja a pretender atingir, porque aquilo que ouviu não é abonatório dessa atitude que pensa que deve ser a atitude correcta que é perguntar-se tudo o que se quiser, mas não é no considerando começar a antecipar conclusões.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES esclareceu que a única coisa que referiu no considerando foi a intervenção do Senhor Presidente, que ouviu com muita atenção, em que falou no combate ao clientelismo e à corrupção e essa intervenção foi pública e passou ontem várias vezes nas rádios. No requerimento que fez não é referida a corrupção. É referido apenas o clientelismo.

O Período de Antes da Ordem do Dia terminou às 10:10

- PONTOS PRÉVIOS:

a)- PROPOSTA DE TARIFÁRIO PARA 2011 - Águas de Cascais S.A.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 4 votos contra, sendo 3 dos Srs. Vereadores do PS e 1 do Sr. Vereador da CDU.

b)- CONFERÊNCIAS DO ESTORIL, ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DO PROTOCOLO ASSINADO EM 16 DE ABRIL DE 2008 - € 25.000,00.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

c)- DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA ESUC-EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, E.M., S.A.,

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada com 4 abstenções, sendo 3 dos Srs. Vereadores do PS e 1 do Sr. Vereador da CDU, não tendo participado na votação o Sr. Vice-Presidente da Câmara.

3. DESPACHOS:

3.1. DESPACHOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4. DIRECÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL:

4.1. PLANO E ORÇAMENTO:

4.1.1. 15ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010 – 2013 E 15ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2010.

Aprovado em 3 abstenções em sus. Vereadores do PS.

4.2. APROVISIONAMENTO:

4.2.1. SUB-CONCESSÃO DO BAR-ESPLANADA DO C.I.A. PEDRA DO SAL - PROC. C – 927/2010 – ADJUDICAÇÃO.

Aprovado em unanimidade.

4.3. GESTÃO PATRIMONIAL:

4.3.1. CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO DE UMA LOJA, DESIGNADA PELA LETRA M, SITUADA NO LUGAR DA BICUDA, FREGUESIA DE CASCAIS, AO ESTORIL BASKET CLUBE, DESTINADA À INSTALAÇÃO DA SEDE DO CLUBE.

Aprovado em unanimidade.

4.3.2. CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO, À ASSOCIAÇÃO DAS OBRAS ASSISTENCIAIS DA SOCIEDADE S. VICENTE DE PAULO, DE DUAS LOJAS DESIGNADAS PELOS NºS 77 E 94, SITUADAS NA RUA PIAGET, NºS 153 E 139, ADROANA, FREGUESIA DE ALCABIDECHE, DESTINADAS À INSTALAÇÃO DA CONFERÊNCIA VICENTINA NOSSA SENHORA DA PAZ.

Aprovado por unanimidade.

4.3.3. PROPOSTA DE DESPACHO DE APROVAÇÃO DA PASSAGEM DO DIREITO DE SUPERFÍCIE A PROPRIEDADE PLENA DO LOTE 12, SITUADO NO RIO DOS BOGUEIROS, LIMITES DA AMOREIRA, FREGUESIA DE ALCABIDECHE, PERTENCENTE A HERDEIROS DE AH CHONG, DESTINADO A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA.

Aprovado por unanimidade.

4.3.4. ACEITAÇÃO DOS VALORES INDEMNIZATÓRIOS, NO MONTANTE TOTAL DE € 10.497,54, PELA ONERAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, NAS PARCELAS DE TERRENO MUNICIPAIS, DA PASSAGEM DO AQUEDUTO PÚBLICO SUBTERRÂNEO (PARCELAS 21-A, 63, 67, 69 E 69-1), DO PROJECTO DENOMINADO “REABILITAÇÃO DO EMISSÁRIO DE SASSOEIROS”, A SER EXECUTADO PELA SANEST – SANEAMENTO DA COSTA DO ESTORIL, S.A.

Aprovado por unanimidade.

5. JUVENTUDE E CONHECIMENTO:

**5.1. ACORDO DE COLABORAÇÃO TROCATIVA – ASSOCIAÇÃO HELPO -
APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO - € 8.040,00.**

Aprovado por unanimidade.

**5.2. APOIO ÀS ACTIVIDADES DO PRÉMIO INFANTE D. HENRIQUE -
APROVAÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DO PRÉMIO INFANTE D.
HENRIQUE - € 5.000,00.**

Aprovado por unanimidade.

**5.3. APOIO A ACTIVIDADES – ASSOCIAÇÃO JUVENIL DA LINHA DE
CASCAIS – ROTA JOVEM - APOIO ÀS ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA
COMUNICAÇÃO - € 3.000,00.**

Aprovado por unanimidade.

6. REQUALIFICAÇÃO URBANA:

**6.1. CONTRATO DE URBANIZAÇÃO: ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO
FINANCEIRA À ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DA PEÇA DA REBOLIA, SITA
NA ADROANA, CASCAIS: OBRAS DE INFRA-ESTRUTURAS -
€ 87.611,77.**

Aprovado por unanimidade.

6.2. CONTRATO DE URBANIZAÇÃO: ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DO BAIRRO DAS LOMBAS SUL II, SITO EM TRAJOUCE – CASCAIS, € 85.237,24.

Aproudo por unanimidade.

6.3. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO, POR SUBSTITUIÇÃO, DOS PROPRIETÁRIOS NÃO ADERENTES, À ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DO BAIRRO DA PEÇA DA REBOLIA, ADROANA, CASCAIS – € 19.741,98.

Aproudo por unanimidade.

6.4. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO, POR SUBSTITUIÇÃO, DOS PROPRIETÁRIOS NÃO ADERENTES, À ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DO BAIRRO DAS LOMBAS SUL II, TRAJOUCE, CASCAIS – € 53.160,00.

Aproudo por unanimidade.

6.5. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS E A AGÊNCIA MUNICIPAL CASCAIS NATURA - € 45.000,00.

Retirado.

7. GESTÃO DE PESSOAL:

7.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DO PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CASCAIS (CCD) NO VALOR DE € 43.000,00 PARA APOIAR A REALIZAÇÃO DA FESTA DE NATAL.

Aprovado por unanimidade.

8. AMBIENTE:

Nota: Sr. Presidente da Câmara acrescentou a reunião às 11:14, quando era apresentado o ponto 8.2, pelo que não participou no debate do mesmo, pelo que não participou no debate do mesmo, pelo que não participou no debate do mesmo.

8.1. APROVAÇÃO DE 6 PROJECTOS DE REGULAMENTO MUNICIPAL NA ÁREA DO AMBIENTE.

ponto 8.3, tendo regressado à reunião às 11:23.

Aprovado por unanimidade.

8.2. RELATÓRIO E PROPOSTA DE MEDIDAS PREVENTIVAS E DE PLANO DE ACÇÃO SOBRE O "ESCARAVELHO DA PALMEIRA".

Aprovado por unanimidade.

8.3. RELATÓRIO SOBRE A ÉPOCA BALNEAR DE 2010 E PROPOSTA SOBRE "PERFIS DE PRAIA".

Aprovado com 3 ausências dos Srs. Vereadores do PS.

9. CULTURA

9.1. ALTERAÇÃO DE PREÇOS DE CAPA DE PUBLICAÇÕES MUNICIPAIS DURANTE O PERÍODO DE NATAL.

*Aproudo com 3 alterações dos sus. Seresdne
do PS.*

9.2. PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS E A CINEMATECA PORTUGUESA – MUSEU DO CINEMA, PARA SALVAGUARDA DO FILME “SORTE GRANDE” DE 1938.

Aproudo por unanimidade

9.3. ENCERRAMENTO DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS NOS FERIADOS.

Retirado.

10. EDUCAÇÃO:

10.1. SUBSTITUIÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NO CONSELHO GERAL DA ESCOLA SECUNDARIA DE CASCAIS.

Aproudo por unanimidade

10.2. INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NO CONSELHO GERAL TRANSITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SÃO JOÃO DO ESTORIL.

Aprovado por unanimidade.

10.3. CONSELHO GERAL TRANSITÓRIO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE ALCABIDECHE.

Aprovado por unanimidade.

10.4. APROVAÇÃO DE "PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ESCOLAS DE 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA" A EFECTUAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE CASCAIS.

Aprovado por unanimidade.

10.5. INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NO CONSELHO GERAL TRANSITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS IBN MUCANA – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 124/2010.

Aprovado por unanimidade.

10.6. RATIFICAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASCAIS SOBRE O GABINETE DE APOIO ESCOLAR (GAEA) – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 139/2010.

Aproudo por unanimidade.

11. MANUTENÇÃO E TRÂNSITO:

11.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA QUINTA DA CARREIRA NO VALOR DE € 7.500,00.

Aproudo por unanimidade.

12. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL:-

12.1. REVOGAÇÃO DAS PROPOSTAS 1084/2009 PONTO 15.1.3 E 1499/2009 PONTO 14.1.10, APROVADAS EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 27/7/2009 E 16/11/2009.

Aproudo por unanimidade.

12.2. REVOGAÇÃO DA PROPOSTA 1177/2010, DO PONTO 14.2 APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 08/11/2010.

Aproudo por unanimidade.

12.3. TRANSMISSÃO DE TITULARIDADE DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA CARLOS MATOS E NELSON GONÇALVES, DO FOGO SITO NO BAIRRO NOVO DO PINHAL, RUA DA ESCOLA PREPARATÓRIA BLOCO 4, R/C DRT.

Aprovado por unanimidade.

12.4. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE FOGO DO AGREGADO FAMILIAR DE CARLOS MANUEL MOREIRA DOS SANTOS, RESIDENTE NO BAIRRO CABEÇO DE MOURO, LARGO ALICE CRUZ, LOTE 6, R/C DRT DE TIPOLOGIA T3 PARA O FOGO DE TIPOLOGIA T1 SITO NO BAIRRO DE BREJOS, LOTE 11-1º FRT.

Aprovado por unanimidade.

12.5. PROTOCOLO "PLATAFORMA PARA A QUALIFICAÇÃO DE CENTROS DE DIA". APROVAÇÃO DO ACORDO E DA MINUTA DO TERMO DE ADESÃO - 8 IPSS DO CONCELHO.

Aprovado por unanimidade.

12.6. PROTOCOLO "PLATAFORMA PARA A QUALIFICAÇÃO DE CRECHES «CRESCER MELHOR EM CASCAIS»" APROVAÇÃO DO ACORDO E DA MINUTA DO TERMO DE ADESÃO - 12 IPSS DO CONCELHO.

Aprovado por unanimidade.

12.7. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO "O COMPANHEIRO", ASSOCIAÇÃO DE FRATERNIDADE CRISTÃ PARA APOIO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO JUNTO DE RECLUSOS, NO VALOR DE € 432,46.

Aprovado por unanimidade.

13. DIVERSOS:

13.1. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, REPRESENTADO PELO GRAL, E O MUNICÍPIO DE CASCAIS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 122/2010.

Aprovado por unanimidade.

13.2. PROTOCOLO SOBRE A INSTALAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO JULGADO DE PAZ DE CASCAIS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 123/2010.

Aprovado por unanimidade.

13.3. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

13.3.1. GONÇALO NUNO TEIXEIRA DUARTE VENÂNCIO – APOIO AO GABINETE DO VICE-PRESIDENTE – 29.400,00 (S/IVA).

Aliado

13.3.2. ANDREIA MARTINS CARINHAS - CONSULTORIA NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E DOS PROJECTOS EM CURSO NA REDE DE LOJAS GERAÇÃO C - PROJECTO LOJA DA PAREDE E NA REDE DE LOJAS GERAÇÃO C - ADAPTAÇÃO LOJA DE CASCAIS - € 4.800,00 (ISENTO DE IVA).

Adriado.

13.3.3. ANA RAQUEL CHAGAS SANTOS - CONSULTORIA PARA ACOMPANHAMENTO DE PROJECTOS DA AGENDA 21 - € 24.300,00 (S/IVA).

Adriado.

13.3.4. ALEXANDRA MARIA SENS - CONSULTORIA NO ÂMBITO DAS CONFERÊNCIAS DO ESTORIL - € 14.800,00 (S/IVA).

Adriado.

13.3.5. RICARDO ANDRÉ MAGALHÃES MORAIS - GEOREFERENCIAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL - € 14.520,00 (S/IVA).

Adriado.

13.3.6. RUI JOSÉ TEIXEIRA VICENTE - REESTRUTURAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO MUNICIPAL - € 18.000,00 (S/IVA).

Adriado.

13.3.7. MARTA RODRIGUES DE OLIVEIRA - REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DE CASCAIS 2 – CARCAVELOS - € 14.520,00 (S/IVA).

Aditado.

13.3.8. MIGUEL OLIVEIRA E SILVA PESSOA DOMINGOS - REPARTIÇÃO DE FINANÇAS DE CASCAIS 1 – CASCAIS - € 14.520,00 (S/IVA).

Aditado.

13.4. RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

13.4.1. JOSÉ VERÍSSIMO COELHO – GABINETE MÉDICO - € 18256,08 (ISENTO DE IVA).

Apurado por unanimidade.

13.4.2. PEDRO AUGUSTO SANTOS GARCIA – GABINETE MÉDICO - € 30.319,92 (ISENTO DE IVA).

Apurado por unanimidade.

13.4.3. MARIA ROSA PEREIRA CARAPETA – GABINETE MÉDICO - € 10.307,16 (ISENTO DE IVA).

Apurado por unanimidade.

13.5. ESUC - INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL - EXERCÍCIO 2011.

*Aprovado por maioria, com 3 votos contra
do Sr. Vereador do PS e 1 abstenção do
Sr. Vereador do CDU.*

14. INFORMAÇÕES:

14.1. COMUNICADOS DE IMPRENSA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento

14.2. EXEMPLOS DE ARQUITECTURA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14.3. ETE – EMPRESA DE TURISMO ESTORIL, E.M, S.A – RELATÓRIO DE GESTÃO INTERCALAR 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14.4. ARCASCAIS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 3º TRIMESTRE DE 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14.5. EMAC – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SETEMBRO – 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14.6. EMGHA – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 3º TRIMESTRE DE 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14.7. ESUC – RELATÓRIO DE GESTÃO – 3º TRIMESTRE 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14.8. ESUC - INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL - EXERCÍCIO 2011.

Retirado.

14.9. FORTALEZA - RELATÓRIO DE GESTÃO DO 3º TRIMESTRE DE 2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14.10. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJECTO "GUARDIÕES DA ACESSIBILIDADE" – 2009/2010.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

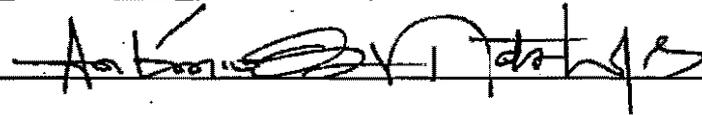
14.11. RELATÓRIO DO RESULTADO DAS AUDITORIAS ÀS COPAS/COZINHAS E REFEITÓRIOS DAS ESCOLAS DE 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E PRÉ ESCOLAR DO CONCELHO DE CASCAIS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14.12. ATENDIMENTO POR AGENDAMENTO NA LOJA CASCAIS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

As 12 horas e 21 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu,  a subscrevi.

O Presidente



ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO

Os Vereadores

MARIA TERESA PERES D., RODRIGUES GAGO

M^{te} Teresa Rodrigues Gago

CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS



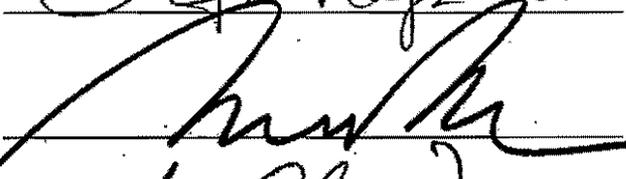
MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL



ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES

Alípio Marques Magalhães Fernandes

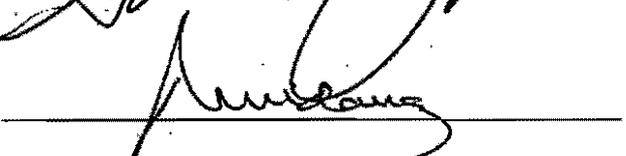
MIGUEL PINTO LUZ



ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO

Ana Clara Rocha de Sousa Justino

PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA



ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA

ALI R

MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO

Maria da Conceição R. de Salema Cordeiro

JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO

João Paes de Sande e Castro